

A história feita de greves, excluídos & mulheres

MICHELLE PERROT

entrevistadores

Michael Hall

Antonio Negro
Hélio da Costa
Paulo Fontes
Regina Xavier

Professor do Departamento de História da UNICAMP

Doutorandos em História Social na UNICAMP

RESUMO: Nesta entrevista a autora discorre sobre as relações entre classes sociais e gêneros, sobre as influências de Foucault em sua obra, sobre a atualidade das greves como forma de luta e sobre a participação da mulher no sindicalismo da virada do século.

UNITERMOS:
relações de gênero,
classes sociais,
greve,
sindicalismo.

Introdução

Michelle Perrot inovou em duas áreas importantes da história social: a história da classe trabalhadora e a história das mulheres. Sua primeira grande obra, *Les ouvriers en grève* (1974), mostrou a relevância e o significado do fenômeno da greve na França no final do século XIX. Nos últimos anos, seus interesses concentraram-se sobretudo na história das mulheres. Em português, há uma representativa coletânea de artigos seus, cobrindo estudos sobre operários prisioneiros e mulheres, *Os excluídos das histórias* (1988). Ela é, ao mesmo tempo, organizadora e autora de grande parte do volume quatro da coleção *História da vida privada* (1993), sendo também responsável

pela organização, em conjunto com Georges Duby, da coleção de cinco volumes – ainda em curso de publicação – *Histórias das mulheres* (1993).

Para conhecer melhor o itinerário pessoal, intelectual e político de Michelle Perrot, sua autobiografia, “O espírito da época”, presente no livro *Ensaio de ego-história* (1989), satisfaz o interesse de qualquer leitor, do acadêmico ao simples curioso.

Clara, concisa e lúcida, Michelle Perrot, em relação ao campo que ela praticamente fundou na França, é explícita “não quero por agora ser uma especialista de mulheres e menos ainda erigir a história das mulheres em especialidade”. E continua: “se a relação dos sexos é uma dimensão

essencial e retrógrada da evolução social, a sua consideração deveria, estendendo o campo das nossas interrogações e a nossa maneira de ver, renovar nossa compreensão da história”.

Estimulados por essas e outras declarações, entrevistamos Michelle Perrot entre uma mesa de debates e outras do colóquio *Sentimentos e identidades: os paradoxos do político*¹ para o qual ela veio a convite da organizadora do evento, professora Maria Stella Bresciani. A entrevista a seguir é retrato fiel da disposição dessa historiadora em enfrentar temas candentes e polêmicos da história do nosso tempo e do passado. Sem tergiversações, ela falou de política, das greves, da história das mulheres e dos desafios colocados para uma renovação da esquerda.

Ao trabalhar com a questão da mulher, muitos historiadores e cientistas sociais parecem não operar com a noção de classe social como uma questão central. Gostaríamos de pensar aqui na relação entre as relações sociais de gênero e o papel que a classe social representa neste tipo de análise.

Há muitas coisas a dizer sobre isso. Primeiro, eu vou falar sobretudo da experiência francesa porque é aquela que conheço. Na França, os historiadores e, sobretudo, as historiadoras que se interessaram pela história das mulheres geralmente provinham da história social (poderia me incluir neste caso, mas não é de mim que estou falando). Haviam, inicialmente, trabalhado com os movimentos sociais e, em seguida, passavam a trabalhar com mulheres, como se tivesse havido uma transferência de energia, de pesquisa, do tema operário para o estudo de gênero. Esta é a primeira coisa a ser dita. Saber o motivo seria, evidentemente, uma questão importante. Creio que há dois eixos nesse sentido. De um lado, enquanto a identificação com o movimento operário se enfraquecia por causa de sua crise, o movimento das mulheres era, ao contrário, muito vivo, dinâmico e atraente. Logo, houve uma transferência do movimento operário em direção ao movimento das mulheres. A segunda observação

é que ficou alguma coisa do primeiro trabalho. Por exemplo, transferiu-se seguidamente categorias de análise da história do movimento operário para a história das mulheres. Além disso, a questão da mulher foi pensada em termos de dominação. Tal como se tentou ver o movimento operário em termos de burguesia e classe operária, pensou-se a questão da mulher em termos de masculino e feminino, de dominação masculina e de sujeição feminina.

Entretanto, e essa é já uma terceira observação, quando se começou a fazer história de mulheres transferiu-se categorias mas não se analisou inicialmente o social. Ao contrário, colocou-se o social a distância, servindo-se talvez destas categorias mas para formular o problema de outra maneira. Por quê? Porque desejou-se considerar o gênero como um todo e não compartimentar a mulher como categoria social. Então, preferiu-se olhar sob a perspectiva da representação das mulheres no simbólico, o papel que desempenha o corpo da mulher, que faz uma certa unidade da condição de mulher na história, no espaço, na sociedade. Optou-se, também, por analisar a violência sobre as mulheres, analisar de uma maneira mais positiva a questão das mulheres em ação, o que as mulheres fizeram para angariar o poder, conquistá-lo, tomar a palavras, etc., mas não necessariamente distinguindo as categorias sociais. Creio que, há uma dezena de anos, na França, como também em outros países, com o uso de tais categorias, o social foi excluído ao se colocar as mulheres como problema. De outra maneira, se recomençaria a fazer história social e isso não era o que se queria na época. Queria-se compreender a relação entre os sexos, quer dizer, exatamente como as relações entre os sexos foram construídas através do tempo, do espaço, em todos os níveis, fosse o do discurso das práticas, do simbólico, etc.

Posteriormente, a história das mulheres se volta para o cruzamento de categorias, por exemplo, gênero e etnia, etnologia. Por exemplo,

o que quer dizer – efetivamente – na França, ser mulher e portuguesa (a imigração portuguesa na França é muito importante). O que significa ser na França mulher e, como se diz no nosso país, *beurre*, ou seja, os argelinos da segunda geração, ou seja, aqueles que têm mãe e pai argelinos mas que nasceram na França. Então é mulher e outra coisa e depois, também, mulher e categoria social. Muitos trabalhos foram feitos sobre o trabalho doméstico. Para o século XIX isso era um problema, assim como é para o Brasil atual. Para nós, na França de hoje, já não é tão importante, mas para a história o foi. A burguesa e sua doméstica, por exemplo. Um problema. Duas mulheres com problemas de mulher seguramente, mas que estão em duas categorias sociais diferentes. No começo não se colocavam estes tipos de questão mas agora sim, se complica o questionamento cruzando gênero, etnia, raça e categoria social.

Eu queria dizer ainda uma coisa: por exemplo, se você refletir sobre a questão do trabalho da mulher – algo que foi muito estudado, um dos setores talvez, que mais foi pesquisado na Europa – verá que não se pode compreender o trabalho da mulher se não se coloca junto trabalho e família. Ora, a história e a sociologia separavam os dois. Havia uma sociologia e uma história da família de um lado, e uma sociologia e uma história do trabalho de outro. No entanto, para se chegar a compreender o problema do trabalho da mulher, é preciso reaproximar a família e o trabalho. Logo, o objeto “mulheres”, se se pode falar assim, implica em um certo tipo de questionamento que, inicialmente, desconecta as categorias para repensá-las de outra maneira e, depois, as recoloca juntas, mexendo um pouco com as classificações iniciais.

É bastante divulgada a importância de Michel Foucault em sua obra. Como você percebe os usos das idéias de Foucault como categorias de análise no trabalho do historiador. Isto é, gostaríamos de saber se é possível fazer um balanço a propósito dos usos das idéias de Foucault pela historiografia.

Este balanço é perfeitamente possível de ser feito mesmo se ainda não o foi. Podemos dizer que Michel Foucault, na França, foi inicialmente muito bem acolhido, especialmente no momento de *História da loucura* (1980-84). Historiadores como Fernand Braudel e Robert Mandrou escreveram entusiásticos artigos, em *Annales ESC*, que é a grande revista da *École des Annales*, sobre *História da loucura*, mas, ao fazermos um balanço agora, percebemos que estes grandes historiadores viam Foucault como um historiador da história das mentalidades, algo que ele não era, pois ele era um filósofo que fazia história para levantar problemas epistemológicos e para operar rupturas epistemológicas – o que é muito diferente. Há, então, mal-entendidos. Em seguida, as obras epistemológicas de Foucault – *As palavras e as coisas* (1987b) e *A arqueologia do saber* (1987a) – não tiveram uma acolhida tão boa entre os historiadores. Os historiadores começaram a falar: “isso não é história”, para, depois, declarar: “ele vai muito rápido. Foucault fala de economia mas não conhece economia política” e o mal-entendido continuou. Poderíamos dizer que ele foi mal entendido pelos historiadores, coisa que aconteceu com tudo o que se referia ao seu livro sobre a prisão. Quando publicou *Vigiar e punir* (1977), uma história das prisões, ele suscitou muitos debates na França em geral e provocou, entre os historiadores, a tentação de dizer que “ele mistura as coisas”, “não coloca notas nem referências” e “o que significa tudo isso?”. Houve então, eu creio, um verdadeiro mal-entendido entre Foucault e os historiadores, com, naturalmente, algumas exceções, quer dizer, um pequeno grupo de historiadores que o conheceu, reconheceu, apreciou, amou, leu, etc. Mas, ao final, sua influência foi considerável. Vê-se pelo número de citações que se faz dele, mas é preciso prestar atenção também para o fato de uma citação poder ser também um *cache misère*, quer dizer, que uma citação pode ser, em um certo sentido, algo que se reclama de alguém sem tê-lo lido. Há um déficit de leitura de Foucault

por parte dos historiadores. É isso o que eu podia dizer sobre a historiografia.

Como historiadora, eu penso que a contribuição de Foucault para a história é absolutamente fundamental. Primeiro, pela maneira de colocar as questões, de introduzir certos domínios que eram pouco tratados, como a história das prisões, que foi de uma extraordinária fecundidade porque, depois de *Vigiar e punir*, se desenvolveu na França um verdadeiro campo de pesquisas sobre a história da delinquência, da prisão, das penalidades, das colônias penitenciárias para os jovens. Para tudo o que você puder imaginar temos prateleiras de trabalhos. Todo mundo, quando faz isto, invoca Foucault. Mas, também, sua abordagem é fundamental por evidenciar uma outra maneira de considerar as coisas ao tratar da análise do poder. *Vigiar e punir*, para retomar este exemplo, não é apenas um livro sobre a origem da prisão: é um livro sobre o poder, a biopolítica, sobre a disciplina, que é realmente o coração do livro de Foucault. Isto foi de uma grande fecundidade, por exemplo, para compreender de outra maneira a história do trabalho e a disciplina operária ou, ainda, para compreender as políticas sociais, por que e como se desenvolvem em certos momentos e o que significam. Para entender, igualmente, o desenvolvimento da vigilância, a história dos documentos de identidade, a história da maneira com a qual recusamos ou aceitamos os estrangeiros. Podemos fazer muitas coisas com essas obras de Foucault, bem como com sua *História da sexualidade* (1985), que, de um certo modo, permite reencontrar a história das mulheres, aproveitando-se de muitas categorias de análise de Foucault tais como: relações de dominação, relações de poder, etc. Em *Vigiar e punir*, por exemplo, há páginas muito interessantes sobre a noção de resistência, formas de resistência subterrâneas, escondidas, particularmente importante para as mulheres, uma maneira de existir. Eu creio que é uma obra seguidamente mal compreendida pela academia, pela massa de

historiadores, por pessoas que pertencem a instituições e que não gostam muito de um pensamento subversivo e que, logo, a mantiveram um pouco a margem. Porém, foi muito fecunda quando referida a certos domínios de pesquisa e a certas categorias de análise.

Eric Hobsbawm escreveu um livro, Estratégias para uma esquerda racional (1991), onde a conclusão busca ser otimista quanto ao futuro da esquerda. Em sua opinião, pode a história oferecer elementos para a elaboração de um programa de esquerda que possa fazer frente ao avanço da extrema direita, à hegemonia do neoliberalismo e à sua própria perda de fascínio sobre suas bases sociais tradicionais?

Isto é difícil, mais difícil que as outras perguntas... Eu penso que não há uma lição da história. Ela não dá lições porque a situação onde ela acontece é sempre uma situação nova. A extrema direita de agora não pode ser analisada, de forma alguma como o fascismo do período entre as duas guerras mundiais. Se reproduzíssemos o esquema que se aplicou a esse período, eu penso que arriscaríamos a nos cegar e a não compreender o que se passa agora. Na minha opinião, é necessário prestar muita atenção para não aplicar esquemas antigos sobre o presente, falando, é claro, em termos de análise política e não de um programa.

Em segundo lugar a história, ao que me parece, é útil como instrumento crítico, quer dizer, que o hábito de analisar uma situação de outrora pode ajudar na análise de uma situação de hoje, mas com a condição de que o historiador não esteja só, mas com outros que, por profissão ou hábito, trabalham sobre o presente, como os sociólogos e jornalistas, com pessoas que estejam mergulhadas no presente. Imagine um historiador que trabalha sobre o século XIX, ele se arrisca a dizer bobagens sobre o tempo presente. Completamente. Será que um historiador pode trabalhar sobre um programa, para o futuro e o presente? Eu diria que, como um cidadão comum, talvez seja um pouco mais informado sobre al-

gumas coisas que outros cidadãos, ele pode usar sua competência dentro de uma equipe, um grupo, mas eu não vejo porque o historiador deva ser *um* profeta. Um historiador não é um profeta. Não há profecia que se possa fazer sobre a história e nenhuma lição a dar a partir dela. Temos instrumentos de análise que podemos utilizar, mas de preferência dentro de uma equipe, porque arriscamo-nos a cometer equívocos.

Você pesquisou a juventude da greve. Será que ela encontrou sua velhice neste final do século XX?

Eu penso que nas sociedades européias do século XIX e da primeira metade do XX (já que, agora, há uma diferença evidente), a greve era duas coisas: ela era, simultaneamente, um meio de pressão para obter algo ou para se defender, e um modo de expressão. Para além da reivindicação ou da defesa propriamente ditas, ela era a expressão de um grupo mais ou menos comunitário que, seguidamente, pela greve se tornava mais comunitário (às vezes também era a ocasião de cisões, de clivagens, de divisões) Definitivamente, não existem duas greves que se pareçam, mas a greve tinha estas duas funções.

Nas sociedades industriais e, sobretudo, pós-industriais, a greve perdeu um pouco sua função de modo de expressão. Ela continua sendo um meio de pressão. Frequentemente, conta mais o medo da greve do que ela propriamente dita: o sindicato apresenta suas reivindicações e declara que se não for atendido haverá uma jornada de greve. Bom, na França isso é muito claro: o número de dias parados não cessa de diminuir há 20 anos, e, com a chegada dos socialistas ao poder, continuou a baixar. Agora subiu mais um pouco, por causa da direita, mas nem tanto assim.

É como se, com efeito, por razões econômicas, sociais ou de comunicação, a greve não é mais o que já foi. Ela não dá mais conta da dupla função que esbocei dessa função que era tão importante no passado, a de ser um modo de expressão: estar junto e se fazer representar na

sociedade com uma identidade em definitivo. Isto acontece muito pouco agora. Por exemplo, quando ocorre uma greve na França há, para começar, cada vez menos operários. Objetivamente, é isso. E há cada vez mais empregados do setor terciário. Quando ocorre uma greve as pessoas ficam em casa. Como se trata de uma paralisação, suspende-se o trabalho para incomodar o patrão, mas isso é, aliás, extremamente difícil pois cada vez mais ela é no setor terciário, o setor de serviços, e então, aquele que se os incomoda é o consumidor, por exemplo, dos trens, dos correios, do metrô. Há muita dificuldade de atingir o outro, o patrão, o poder. E atinge-se pessoas que ficam furiosas com o trabalhador, e este não sabe mais o que fazer com este instrumento que se tornou uma faca de dois gumes.

Segunda observação: quando se tem uma paralisação nos serviços, as pessoas fazem uma pequena manifestação com o representante do sindicato, alguns militantes, mas a maior parte das pessoas que apoiam a greve fica em suas casas. Há então uma crise da greve, mas não creio que devamos ter saudades. Eu creio que cada sociedade tem necessidade de encontrar seu modo de luta, seu modo de expressão, e não pode ser a mesma coisa na época dos computadores, quando muita gente vai trabalhar em casa diante de um teclado, não conhecendo seu vizinho de trabalho, etc. Tem-se assim de inventar uma outra coisa. A greve onde todos estavam lá, com mil operários em torno de um forno de uma fábrica, nas sociedades ocidentais, quase não existe mais. Logo, sim, estamos diante da velhice da greve e, talvez, quem sabe mesmo diante da morte da greve. Não sabemos. A sociologia do trabalho e dos movimentos sociais nos mostra que as coisas se reconstróem e não pode ser de outra maneira.

Dito isto, vou ainda acrescentar que, malgrado tudo que disse, existem momentos em que a greve reencontra essa sua juventude. Por exemplo, na França, bem recentemente, houve a greve das enfermeiras dos hospitais. Foi um dos

acontecimentos mais interessantes e mais ricos que houve, e lá, a greve parecia muito com as greves de antigamente. Quer dizer as pessoas estiveram o tempo todo no hospital, ocuparam as salas e faziam um trabalho mínimo. Havia a idéia de não descuidar do doente. É complicado, eu sei, mas havia aí uma espécie de juventude da greve entre as enfermeiras, e elas eram mulheres, e se tratava também de um setor considerado inferior nos hospitais. Será que elas não se utilizavam de meios dos excluídos do passado, dos marginalizados de antigamente? É uma questão que podemos nos colocar.

Considerando a experiência francesa de decepção com o governo socialista de Mitterrand, nos perguntamos se o socialismo, na Europa, é ainda um projeto político capaz de despertar simpatia junto às pessoas do povo...

Na Europa, no momento presente, há uma evidente crise do socialismo, e temos efetivamente a impressão de que o socialismo não consegue encontrar um projeto mobilizador, fato particularmente verdadeiro na França onde, neste momento, apesar da personalidade de um homem como Michel Rocard, há muito o que se refletir, a quantidade de problemas é grande e não há nada de realmente novo no ar. Essa é a realidade. Será que, portanto, o socialismo morreu? Eu não creio, mas não será o mesmo socialismo de antes, o modelo no qual as pessoas acreditavam do século XIX e XX, a saber, as nacionalizações, as soluções deste tipo. Isso pode ter dado resultados extraordinários, mas se vamos reproduzir estes modelos, isso não está assegurado.

Temos diante de nós problemas sociais enormes. Por exemplo, para falar da sociedade ocidental, o desemprego. O desemprego não é apenas o resultado de más conjunturas, é outra coisa, é o resultado de uma transformação estrutural da economia que não podemos lamentar, não podemos lamentar a produtividade. Se podemos fazer as máquinas trabalharem no lugar de empregar pessoas nas minas, tanto melhor. Mas não encontramos nenhuma solução

para o problema do desemprego da identidade social, porque aquele que não trabalha não apenas não tem salário mas, mais ainda, não é reconhecido socialmente. Ainda não encontramos novas identidades para o não-trabalho. É preciso encontrar soluções para estes problemas, problemas da divisão de trabalho problemas da sociedade dual, onde determinadas pessoas teriam o trabalho e logo, o poder, a honra, e a representação social, e onde haveria também uma massa de pessoas às quais, no limite, seríamos capazes de dar dinheiro para que sobrevivessem. Podemos fazer isto, somos ricos para tanto, e quase já o fazemos, mas o que seria das pessoas sem poder de decisão já que não têm poder econômico? Este é o problema que temos agora entre tantos outros, como o da mobilidade da sociedade, uma vez que temos consciência dessa extrema direita nacionalista que diz “estrangeiros fora”, “pelo controle das identidades”, mas essa é uma reação a *posteriori*. A sociedade do século XX será uma sociedade móvel, ela será inevitavelmente, e eu já faço uma profecia, marcada por essa possibilidade de futuro que é a mestiçagem, como vocês dizem aqui no Brasil.

Vemos agora essas tensões de identidade, nação, raça, de pequenos grupos ou de pequenas comunidades, porque os infelizes têm a tendência de refutar o outro. Temos tudo isto para fazer, e isso apela por um novo socialismo, se podemos assim dizer, que levante todos estes problemas, que os enfrente e que dê corpo a uma nova cidadania, que faça os indivíduos sensíveis a coletividade. A individualidade é rica, é um valor. Que as pessoas possam dizer “eu”, “eu decido minha vida”, “eu amo quem eu quero”, “tenho meu espaço”, “sou livre quanto à minha sexualidade”, etc., isso é uma conquista, mas, ao mesmo tempo, é uma conquista frágil e supõe um sentido de grupo, do bem público: manter, nesses termos, um certo individualismo mas também o sentido de grupo. De fato, essa é a questão que demanda resposta. Eu creio que existem mil coisas a serem feitas e creio que os jovens são muito

sensíveis diante de tudo isso, e que podemos encontrar neles pessoas capazes de se entusiasmar com seus ideais. Mas, sim, isso tudo é futuro. Não há solução no velho socialismo. Não há.

O sindicalismo brasileiro teve uma grande dificuldade para absorver a questão de gênero seja como relação cotidiana ou como estratégia política. Ao mesmo tempo, a classe operária sofre profundas e rápidas transformações em sua própria composição, provocando questões para as quais não há respostas definitivas. A participação da mulher e de outros grupos minoritários está incluída na história do movimento operário?

Sim, nada se opõe a isso. Mas o movimento operário clássico construiu sua identidade em termos de verdade. A França é muito sensível ao ideal do trabalhador. Em torno de 1920, era comum na iconografia, nas imagens, o operário muito forte, com o dorso nu, com músculos à mostra, e o militante e a mulher estão sempre um pouco atrás. E o ideal do movimento operário é o produtor e a dona de casa, quer dizer, o operário que produz e que tem, preferencialmente, uma mulher em casa, mesmo se de fato ela trabalhasse muito.

De outro lado, o movimento operário muda, mas será que ainda permanecerá um movimento operário? Na França, está mais para um movimento salarial. Não é certo que a classe operária (eu falo para os países da Europa ocidental) seja, ainda, a ponta de lança, o pólo, como dizemos, deste movimento social. Entre os assalariados, as mulheres estão lá forçosamente. Se se observa o mercado de trabalho francês hoje, vê-se que, há 20 anos, o crescimento da taxa de atividade das mulheres foi muito maior que o dos homens. Há 13 milhões de homens em atividade para 11 milhões de mulheres. Sem dúvida uma mutação considerável. Hoje, há mulheres que trabalham toda a vida. Se antes havia um certo ciclo de trabalho feminino (as mulheres trabalhavam quando eram jovens até o primeiro ou segundo filho, e depois se retiravam

do mercado de trabalho, encontrando, logo, dificuldades para ter uma verdadeira identidade profissional), agora, como os homens, elas entram no trabalho com 18 ou 20 anos e aí ficam até sua aposentadoria. Não há mais diferença. Por conseguinte, no movimento por salários e emprego, as mulheres estão presentes, elas são tão assalariadas quanto os homens e suas identidades, seus papéis, precisam ser reconhecidos. Será este um movimento operário clássico? Não, trata-se de um movimento novo, com novos componentes, com novos modos de ação, novos objetivos, não é mais a mesma coisa. Todas as figuras do movimento operário, aquelas que nós chamamos de clássicas, não existem mais. Na França acabaram. Mineiros e metalúrgicos não existem mais, quase desapareceram. Os operários do setor automobilístico mais ou menos, e ainda se diz que amanhã ainda haverá mais desemprego para não sei quantos. Podemos ainda falar de “operário” e de “movimento operário” na França como os concebíamos antigamente? Não. Mas será que isto representa dizer que não há mais movimento social? Estou segura que não. Há novos movimentos sociais com novas categorias sociais e, neles, a mulher desempenha o seu papel.

Após ter conquistado todo esse espaço no interior da sociedade, será que as mulheres terão força para mudar o lugar que lhes foi destinado no mercado de trabalho?

Sim, as mulheres ganharam muita coisa no domínio do trabalho, mas as desigualdades ainda continuam, seja em termos de salário, qualificação ou poder. Sim, do meu ponto de vista, elas podem mudar, aliás já o fizeram. Nos países desenvolvidos já se mudou muito coisa. Mas é no universo do trabalho onde elas vão talvez mudar mais. A questão a saber, então, é se elas poderão mudar também a relação de todos no trabalho. Eu penso que, nesse universo, eu seria mais otimista quanto às possibilidades de mudança. Homens e mulheres lutam com maior dificuldade no terreno do acesso a política. Na França as

mulheres fizeram um investimento enorme no trabalho delas, onde depositaram grande parte de suas energias, mas como, ao mesmo tempo, elas não abandonaram a família – mesmo se o modelo familiar não seja mais absolutamente o que ele já foi, que o casamento tenha pouca importância e tudo o mais que conhecemos – é das francesas, entre as européias, o maior número de filhos. Mesmo se elas não os têm em grande quantidade, são as que mais têm filhos, como as inglesas, que, todavia, trabalham bem menos, não sendo, pois, o mesmo modelo. As francesas colocaram tanta energia no trabalho, guardando, simultaneamente, a conservação de um certo status familiar, que não sobra a elas mais nenhuma energia para a política. Assim, ela vota e diz “esta é uma tarefa dos homens” e, como estes querem manter seu espaço na política, não se verifica muita coisa de novo neste domínio. Penso então que será neste domínio que haverá maior renovação. Quanto ao mercado de trabalho, creio que elas vão continuar ganhando o que começaram há 20 anos.

Até porque, para os homens é mais fácil, pois eles não têm trabalho em casa e podem fazer política.

Sim, mas uma das exigências das mulheres é a divisão do trabalho doméstico com os homens e, neste ponto, elas têm reivindicações a fazer, porque o que liberou as mulheres das tarefas domésticas nas sociedades ocidentais não foi nem tanto a participação dos homens, que é pequena, mas sobretudo a mecanização, a máquina de lavar, etc. A energia e o tempo livre liberados com a mecanização foram empregados em outra coisa: na inserção feminina no mercado de trabalho, sendo cada vez mais numerosas as jornadas de tempo integral e, em segundo lugar, no cuidado com os filhos. Porque, nos países europeus, a criança é um alto valor e como não se tem muitos filhos, e estes se tornam então uma obsessão, especialmente quanto à sua educação, pois acredita-se que o futuro das crianças está em jogo no momento da educação. Assim, quem se ocupa da formação primária das crianças são as

mulheres. Como professora ou como mãe, por conseguinte, o tempo livre das mulheres é absorvido por isto. Não é de estranhar, então, que as mulheres possuam, na França, reivindicações próprias a propósito de seus maridos ou companheiros, no sentido de dividir com eles o cuidado com as crianças, o cuidado com as roupas. Há até mesmo uma reivindicação para saber quem vai passar as roupas...

Na França, há muitas mulheres estrangeiras que se encarregam cada vez mais de cuidar das crianças, de tal forma que as mulheres francesas possam sair para o trabalho mais tranquilas, deixando seus filhos aos cuidados de outras mulheres, cada vez melhor preparadas, mas que ganham bem menos. Será que isto não traz uma mudança na relação familiar, da mulher em relação aos seus maridos, aos seus filhos?

As mulheres francesas, podemos dizer, conquistaram um lugar maior no assalariamento com o trabalho de mulheres estrangeiras. O que isto traz para a educação das crianças? É muito difícil dizer. Os contatos são seguidamente bons, as crianças em geral gostam muito das pessoas que cuidam delas, podem aprender algumas palavras de outra língua. Não sou muito otimista quanto a esse ponto pois o principal benefício foi capitalizado pelas mulheres francesas, mas acho que as mulheres estrangeiras encontraram, em um primeiro momento, um modo de se inserir também na sociedade francesa. Uma mulher portuguesa poderá ser uma faxineira, mas sua filha não o será, ela vai estudar e se tornar talvez enfermeira, professora ou outra coisa. Pode haver um benefício para ambas as partes. Isso é possível também.

Nos perguntamos se a história das mulheres é preciso ser pensada em separado dos outros sujeitos da história.

Eu tenho muitas coisas a dizer sobre isso. Primeiro, a história das mulheres não existe. E a dimensão da relação entre homens e mulheres não estava, há 20 anos atrás, incorporada à reflexão

histórica. Então, houve o desejo da mulher de fazê-lo. Ao se pensar como sujeito individual, ou como historiadora, ela se pensou como sujeito histórico, como sujeito do passado. Foi preciso um movimento existencial para fazer a história das mulheres. Em segundo lugar, a história das mulheres, muito rapidamente, se pensou em termos de gênero, quer dizer, para se fazer a história das mulheres concluiu-se ser necessário refletir sobre a relação entre os sexos. A história das mulheres é também a história dos homens, a história da relação entre os dois. Mesmo se trabalhamos em um convento de religiosas, um grupo de mulheres separadas da sociedade, na realidade não podemos compreender este convento se não refletirmos sobre o problema geral da religião, do seu lugar, dos padres e das religiosas, em termos da relação masculino e feminino. Em terceiro lugar, haveria evidentemente um risco que a história das mulheres se tornasse um gueto, mulheres trabalhando sobre mulheres, produzindo livros para mulheres, e que serão lidos por mulheres. Um campo de trabalho definitivo mas incapaz de mudar o olhar sobre a história. Um risco perfeitamente visível nos Estados Unidos com o *Women's Today*. Na França, não tivemos a mesma política, não temos os meios para fazer como fizeram as americanas. Nós estamos dentro de instituições mas encontramos muita dificuldade. As pessoas dizem “é bonito o que você faz”, mas na realidade não estou segura que sintam, quando escrevem as histórias, a necessidade de incorporar o questionamento. Dito de outra maneira, a história das mulheres existe, mas ela não fez uma ruptura epistemológica. Talvez jamais tenha podido fazê-lo. Era talvez um sonho impossível, mas esse é o ponto em que estamos. Seria necessário que não apenas as mulheres fizessem uma história das mulheres, mas que os homens também pensassem em escrever a história enquanto relação de gênero. Já se começou a fazê-lo um pouco. Começa-se, cada vez mais, a se pensar nisso, na história da virilidade, como os homens são representados.

Antes isto era tão natural que não era uma questão para a história.

O sindicalismo no século XIX e XX mostrou uma face muito masculina. Você acredita que o século XXI pode ter uma face mais feminina?

Sim, certamente. Parece-me que, partindo da composição social do setor assalariado, com quase tantas mulheres quanto homens, deve haver um lugar muito maior para as mulheres no sindicalismo e, de uma certa maneira, isto já acontece. Talvez seja simbólico mas, há dois anos, a liderança máxima de uma das três centrais sindicais francesas é uma mulher, Nicole Notat. Ela é a primeira mulher a chegar ao cargo de secretário geral de uma central sindical (a CFDT, *Confédération Française Démocratique du Travail*), um fato bastante extraordinário. É muito cedo para se falar em mudanças, mas para mim a resposta deve ser positiva. Notat pensa nas mulheres, ela militou muito no sindicalismo sobre a questão das mulheres, tendo sempre uma reflexão sobre o assunto. Notat colocou continuamente esta questão, o que é importante, quando há tantas mulheres quanto homens sendo assalariados. Sim, o sindicalismo significa alguma coisa para as mulheres, sendo mais acessível que a política porque é mais próximo de suas práticas e preocupações concretas, é algo que vai paralelo às suas vidas. Eu penso que elas deverão ocupar um lugar mais privilegiado no sindicalismo. Não é bom multiplicar exemplos, mas umas das maiores lideranças do Sindicato de Professores de Segundo Grau na França é uma mulher, há também dois anos. Sim, eu acredito. E tomo exemplos franceses pois são os que conheço. Assim, creio que o sindicalismo pode ter a face das mulheres no outro século.

Recebido para publicação em abril/1996

PERROT, Michelle. History made of strikes, excluded & women (interview). *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 191-200, October 1996.

UNITERMS:
gender relations,
social classes,
strikes,
syndicalism.

ABSTRACT: In this interview the author talks about the relation between social class and gender relations, about Foucault's influences, about the activity of striking as a way of fighting and about women's participation in syndicalism in the turning of the century.

Nota

¹ realizado na Unicamp entre 3 e 5 de maio de 1994, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, Michel. (1977) *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1980) *História da loucura*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- _____. (1987a) *A arqueologia do saber*. São Paulo, Forense.
- _____. (1987b) *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fortes.
- HOBBSAWM, Eric. (1991) *Estratégias para uma esquerda racional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PERROT, Michelle (org.). (1993) *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1974) *Les ouvriers en grève*. Paris, Mouton.
- _____. (1988) *Os excluídos das histórias*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1989) O Espírito da época. In: AGULHON, Maurice *et alii*. *Ensaio de ego-história*. Lisboa, Edições 70.
- _____. & DUBY, Georges (orgs.). (1993) *Histórias das mulheres*. Porto, Editora Afrontamento.